

CONTADOR DE NOTÍCIAS

NOTÍCIAS 17/12

MANCHETES

O ESTADO DE S.PAULO: Governo federal agora prevê vacina chinesa e aplicação em fevereiro.

FOLHA DE S.PAULO: Ministério da nova data para vacinação e inclui Coronavac.

CORREIO BRAZILIENSE: Plano de imunização no país inclui a Coronavac.

O GLOBO: Reação de Bolsonaro vacina pode frear controle da Covid.

VALOR ECONÔMICO: Brasil dá calote e fica a um passo de perder voto na ONU

RESUMO

A corrida pela vacinação é o tema de quatro dos principais jornais do país, Estadão, Correio, O Globo e Folha. O jornal do Rio de Janeiro é o que diverge dos outros três na temática secundária da matéria, ele aborda possíveis reflexos na população em virtude da reação do presidente Jair Bolsonaro em relação a vacina contra o Covid.

A manchete do Valor revela que o Brasil tem até o fim de dezembro para pagar pelo menos US\$ 113,5 milhões, de uma dívida acumulada de US\$ 390 milhões, e escapar de punição pelo calote.

CONTA MAIS...

Butantan mantém plano de exportar Coronavac

Embora o Ministério da Saúde diga que toda a produção do Butantan "sem exceção" será adquirida pelo governo federal, o instituto segue com planos de exportar parte das vacinas, e acredita que poderá manejar como quiser o que exceder o número de 46 milhões de doses para o SUS. O órgão negocia vender 10 milhões para a Argentina, por exemplo.



DESTAQUES DE QUINTA

Cronograma paulista de vacinação pode mudar por influência federal

O governo de São Paulo diz que a data de início da vacinação em 25 de janeiro está mantida, mas que pode mudar seus planos para adequá-los à estratégia nacional. Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, o plano de SP está “pronto para ser colocado em prática em 25 de janeiro”. “Porém, em caso de definição do plano nacional, São Paulo seguirá as orientações para as estratégias de vacinação, o que inclui a definição não só dos grupos prioritários, como de faseamento”, diz, em nota.

Republicanos decide apoiar Lira

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), decidiu se juntar ao bloco do líder do PP, Arthur Lira (AL), candidato à presidência da Câmara apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Segundo parlamentares e aliados de Pereira, o grupo de Lira fez uma série de ofertas para atrair o Republicanos para o bloco.

Estaria na mesa um ministério no governo, que seria o da Cidadania, e a indicação de um parlamentar para a vaga da Câmara no TCU (Tribunal de Contas da União), que será aberta em 2022 com a aposentadoria da ministra Ana Arraes. Além disso, o PP também teria acertado com o partido, ligado à Igreja Universal, a indicação de um nome para a primeira secretaria da Mesa Diretora, que funciona como uma espécie de prefeitura da Câmara. O presidente do Republicanos nega que tenha negociado cargos no primeiro escalão do governo para aderir ao bloco de Lira. Não terá ministério. Não serei ministro”, afirmou. O Republicanos tem 31 deputados.

Maia diz que governo estimula nome da esquerda para minar seu bloco

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quarta-feira (16) que o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) tenta estimular a esquerda a lançar candidatura própria na sucessão da Casa para impedir que a oposição apoie seu nome. Maia, que ainda não anunciou seu candidato, realizou café da manhã com jornalistas na residência oficial da presidência da Câmara.

O deputado fez as declarações ao responder a pergunta sobre a possibilidade de a esquerda lançar nome próprio na eleição de 1º de fevereiro de 2021. “Quem estimula hoje uma candidatura de esquerda é o governo”, afirmou, ressaltando que alguns partidos de esquerda historicamente defendem candidatura própria para marcar posição —caso do PSOL, que quer lançar nome na disputa à presidência da Câmara.

Com aval de Bolsonaro, núcleo ideológico resiste a líder do centrão

O núcleo ideológico do entorno do presidente Jair Bolsonaro intensificou o movimento para viabilizar uma candidatura governista alternativa ao comando da Câmara, diante da resistência ao nome do deputado Arthur Lira (PP-AL), líder do centrão. A articulação tem a participação de integrantes das bancadas ruralista e evangélica, que trabalham pela construção de uma frente de apoio ao nome da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que é deputada federal licenciada pelo DEM de Mato Grosso do Sul. A iniciativa teve um início tímido há dois meses e somente agora tem sido colocada de fato em prática pela base ideológica de Bolsonaro. Antes de o grupo começar a arregimentar adesões, deputados bolsonaristas consultaram o presidente



DESTAQUES DE QUINTA

Apesar de hoje apoiar o nome de Lira, Bolsonaro deu aval à movimentação, segundo disseram à Folha um parlamentar governista e um assessor palaciano. A avaliação de defensores da candidatura alternativa é a de que Tereza agrega mais apoios que Lira. Recentemente, Tereza foi consultada por deputados governistas sobre a possibilidade de sair candidata.

Segundo relatos feitos à Folha, ela disse que não iniciará movimento por uma candidatura, mas ressaltou que, caso seu nome tenha apoio consistente, coloca-se à disposição.

Para enfrentar grupo de Alcolumbre, MDB diz que terá candidato único

Maior bancada do Senado, o MDB decidiu nesta quarta-feira (16) que lançará um candidato único do partido na disputa pela presidência da Casa, cuja eleição está marcada para fevereiro de 2021. A sigla, que reúne 13 senadores, tenta reagir à tentativa do atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de eleger um sucessor do seu entorno político, cujo principal pré-candidato é atualmente Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Tradicionalmente, a maior bancada tende a ser escolhida para comandar o Senado. Isso, no entanto, foi quebrado na eleição do ano passado, quando Alcolumbre, com apoio do governo de Jair Bolsonaro, conseguiu derrotar Renan Calheiros (MDB-AL). O MDB, contudo, ainda vai decidir quem será o candidato da sigla. Estão na lista: o líder da bancada, Eduardo Braga (AM); o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (PE); o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (TO); e a senadora Simone Tebet (MS), que preside a Comissão de Constituição e Justiça.

Bolsonaro tem 35% de ótimo/bom e 33% de ruim/péssimo

A aprovação do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está em 35% e apresentou queda em relação ao último levantamento feito pelo Ibope, em setembro, quando marcou 40% e chegou ao seu nível mais alto. O número de dezembro ainda é superior ao que foi registrado no mesmo mês do ano passado, quando Bolsonaro era aprovado por 29% dos entrevistados. Por outro lado, segundo a pesquisa, 33% dos brasileiros consideram a gestão de Bolsonaro ruim ou péssima.

Os que veem o governo como regular foram 30% das pessoas ouvidas pelo instituto. Assim como a aprovação, a maneira de governar do presidente também teve queda, passando de 50% para 46%.

A maioria das pessoas ouvidas, que somam 49%, reprova o jeito de Bolsonaro na condução do país. A pesquisa, encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), foi realizada de 5 a 8 de dezembro, com 2.000 pessoas, em 126 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. Enquanto a aprovação teve leve queda, a confiança no presidente se manteve dentro da margem de erro, oscilando de 46% em setembro para 44% agora. A maioria dos entrevistados, porém, ainda diz não confiar em Bolsonaro, sendo 53% das pessoas. Quanto à perspectiva para os dois anos restantes do mandato de Bolsonaro, 35% dos ouvidos pelo levantamento acreditam que o governo será ótimo ou bom, 31% preveem uma administração ruim ou péssima, e 30%, regular.

DESTAQUES DE QUINTA

Chile é primeiro país sul-americano a aprovar vacina

A agência reguladora de saúde do Chile informou, nesta quarta-feira, que aprovou o uso emergencial da vacina contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer e pela empresa de biotecnologia alemã BioNTech. O imunizante poderá ser administrado a pessoas com mais de 16 anos no país. O Chile é o primeiro país da América do Sul a conceder uma liberação para uma vacina contra a doença. O Instituto de Saúde Pública (ISP) recebeu a solicitação no dia 27 de novembro e pediu que uma comissão de especialistas analisasse os antecedentes apresentados pela farmacêutica, que conduziu o processo quase paralelamente à sua avaliação nos Estados Unidos.

70 mil casos em 24 horas

O Brasil confirmou, pela primeira vez desde o início da pandemia, mais de 70 mil infecções pelo novo coronavírus em um único dia. De acordo com o balanço do Ministério da Saúde, foram registrados 70.574 diagnósticos positivos nas últimas 24 horas. Com o acréscimo, o país ultrapassou a marca de 7 milhões de infectados desde o início da pandemia.

Ao todo, 7.040.608 já testaram positivo. Nem mesmo em julho, considerado o pico da curva da covid-19 no Brasil, o país registrou uma atualização diária tão alta de casos. O número mais elevado tinha sido em 29 de julho, com 69.074 infecções confirmadas.

A marca de 7 milhões de diagnósticos positivos só foi atingida pelos Estados Unidos, que já somam mais de 16 milhões de casos, e pela Índia, que se aproxima de 10 milhões de testes positivos. O patamar de mortes também tem subido. Pelo segundo dia seguido, o Brasil registrou mais de 900 mortes em 24h.

Segundo o Ministério da Saúde, foram 936 óbitos em 24 horas. Marca de atualização diária que não era atingida desde 30 de setembro, quando o país contabilizou 1.031 óbitos em 24 horas. Ao todo, o país tem 183.735 vidas perdidas para o vírus.

Previsão de R\$ 247 bi de déficit

O Congresso aprovou, ontem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021. O texto aprovado foi um substitutivo do relator da matéria, senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO), ao projeto enviado pelo Executivo em abril. A previsão é de um déficit primário de até R\$ 247,1 bilhões nas contas do governo central.

O valor foi estabelecido pela atualização enviada pelo Executivo, também ontem, ao Congresso — a proposta anterior previa uma meta fiscal flexível. O projeto segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro. Com base na atualização encaminhada pela equipe econômica, o parecer do relator prevê que o salário mínimo, a partir de janeiro, passará dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.088. Essa correção é de 4,1%, mas um novo ajuste deverá ser feito considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em todo ano de 2020

O parecer do senador acolheu integralmente 257 das 2,2 mil emendas à LDO. Ele manteve a proibição de reajustes para servidores civis da administração direta, de autarquias e de fundações. A votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve ficar para 2021. Em razão disso, a partir de janeiro o Executivo precisará trabalhar com o chamado duodécimo dos recursos -- 1/12 das receitas previstas para o ano — para que a máquina pública não pare. A sessão do Congresso foi dividida em duas partes: pela manhã, votaram os deputados; os senadores, à tarde. Na Câmara, o projeto foi aprovado por 444 a 10 e, no Senado, a votação foi simbólica.

Pacote dá alívio de R\$ 217 bilhões aos Estados

O projeto de socorro aos Estados vai proporcionar um alívio de R\$ 217 bilhões a governos endividados ou com dificuldades de caixa, segundo estimativa do Ministério da Economia. O cardápio de medidas inclui a concessão de novos empréstimos, renegociação de dívidas e suspensão de cobranças, em troca do compromisso dos governadores com iniciativas para reequilibrar as contas.

DESTAQUES DE QUINTA

O espaço para novos empréstimos será de R\$ 18 bilhões para dez Estados com notas A e B na classificação de risco, que apontam melhores condições financeiras e capacidade de pagamento. Já os 14 Estados que têm nota C e hoje não podem contratar empréstimos tendo a União como sua fiadora (mais baratos que as demais linhas) terão um espaço de R\$ 6,6 bilhões e a chance de obter o aval do Tesouro Nacional, desde que adotem medidas de ajuste. O acesso a dinheiro novo era uma demanda de muitos Estados, que não são tão endividados a ponto de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mas enfrentam problemas severos de caixa e precisavam de fôlego. O programa vem sendo desenhado desde o ano passado pelo governo federal.

STF começa a discutir se imunização é obrigatória

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem a favor da vacinação obrigatória contra o novo coronavírus.

Para o ministro, em caso de inércia da União, Estados e municípios podem decidir sobre a obrigatoriedade da imunização e até impor restrições para quem se recusar a ser vacinado. Conforme antecipou o portal do Estadão, o magistrado observou que a medida não significa vacinação à força, sem o consentimento do paciente. O

Supremo iniciou nesta quarta-feira a análise de uma ação do PDT, que quer o tribunal reconheça a competência de Estados e municípios para determinar a vacinação compulsória da população.

Em decisão inédita, TCM rejeita contas de Crivella

O Tribunal de Contas do Município do Rio rejeitou ontem as contas de 2019 do prefeito de Marcelo Crivella (Republicanos). A decisão se deu por cinco votos a um. É a primeira vez que o tribunal reprova as finanças de um chefe do Executivo carioca. Na eleição do mês passado, Crivella perdeu a disputa no segundo turno por 64% a 36% dos votos válidos para o ex-prefeito Eduardo Paes (DEM).

